

ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: CAPITALISMO E DOMINAÇÃO NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO (MACEIÓ-AL)

Ivo dos Santos Farias
Doutorando em Ciências Sociais (Unesp-Marília)
Marcelo Góes Tavares
Doutorando em História (UFPE)
GT 14: Manifestações ideológicas no Brasil
e no mundo e suas formas de abordagem nas Ciências Humanas

RESUMO

O capitalismo, na modernidade e no processo de industrialização, pressupõe uma racionalidade marcada pelo planejamento, saber técnico e sistematização da produção como base de suas relações de produção. Estas transcendem os espaços fabris, tornando-se também presentes nos discursos das classes dominantes, comércio, ideologia e publicização do ideal de progresso posto pelo capital. No Brasil, notamos que o processo de industrialização articula modelos modernos pautados na lógica técnica, mas também arcaicas no mando, dominação e mobilização de forças políticas nas relações de poder. Dentre estas, apontamos o paternalismo, patriarcalismo e patrimonialismo como práticas de dominação e favorecimento político-produtivo como estratégias capazes de potencializar a produção e gestão do trabalho. Analisamos tais estratégias no território fabril de Fernão Velho, Maceió-AL, cujas atividades iniciaram em 1857, sendo uma das primeiras fábricas têxteis no Brasil. Metodologicamente, utilizamos falas de operários, periódicos e relatórios da fábrica Carmen como fontes e memórias nas quais evidenciamos indícios dessa estratégia e suas particularidades, sobretudo durante meados do século XX, quando este se consolidou produtivamente a partir da administração da família Othon. A ampliação e reprodução de seu capital perpassava nacionalmente entre a agroindústria açucareira, indústria têxtil, comércio, rede hoteleira e hidroelétrica, expressando uma modernização econômica conservadora.

Palavras-chave: Modernização. Indústria têxtil. Dominação.

1. INTRODUÇÃO

O seguinte artigo traz os resultados provisórios de debates sobre as pesquisas de campo realizadas no âmbito da produção de duas teses de doutorado que compartilham o mesmo objeto de estudo, neste caso, o cenário fabril de Fernão Velho vinculado à sua Fábrica e à experiência histórica “ser trabalhador operário” em Maceió e no Brasil nos idos das

décadas de 1940 a 1960¹.

A Fábrica era denominada Companhia União Mercantil. Atuava no ramo têxtil desde 1857 quando criada por José Antônio de Mendonça – conhecido também por Barão de Jaraguá – e Tibúrcio Alves de Carvalho – um influente comerciante em Maceió. Em 1891 foi vendida a José Teixeira de Machado, mantendo-se na sua família sob a administração de seus filhos até 1938. Durante a gestão desse grupo, a vila operária foi ampliada, assim como as instalações da Fábrica. Em 1938, foi vendida à família Leão, que em Alagoas atuava no ramo açucareiro. Este último grupo permaneceu por pouco tempo em Fernão Velho, até o ano de 1943 quando vendeu esse complexo fabril ao empresário pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello, fundador do grupo empresarial Othon. Com esse grupo, a fábrica foi rebatizada, passando a denominar-se “Fábrica Carmen”, como até hoje é conhecida (FERREIRA, 1997).

Nosso propósito é analisar os mecanismos utilizados pelos industriais à administração da vida e do trabalho dentro e fora da fábrica, problematizando o discurso empresarial sobre a modernização e o progresso como objetivos na gestão do trabalho e da produção, utilizando-se de políticas de benefícios assistenciais para os operários, mas que também estes se constituem uma forma de dominação que se expressa nas práticas patriarcais e de mando, fazendo-se presente no cotidiano do trabalho, no tempo extra-trabalho², e da sua vila operária como um todo.

No cotejo dessa análise, utilizamos documentos diversos, como ações e registros escritos do patronato e entrevistas realizadas com operários da fábrica.

Como relevantes fontes que foram recuperadas em acervos diversos³ e expressam discursos empresariais, destacamos relatórios e atas de assembleias de acionistas da Fábrica registrados em periódicos como o Diário Oficial de Alagoas, assim como matérias jornalísticas e publicitárias da família Othon. Estas são entrecruzadas com as memórias produzidas nas falas de operários e operárias que trabalharam nesta fábrica nos idos das décadas de 1950 e 1960, período em que essa indústria têxtil alcançou sua maior produtividade, empregando até cerca de 5.000 operários/as.

O registro de memórias de operários aqui mobilizados foram realizados durante os

¹ Esse recorte temporal não enrijece as análises aqui apresentadas, e nem tão pouco se restringe a um tempo imóvel no passado. Ao contrário, mobilizando as formas de lembrar e de esquecer como parte do processo de produção de memórias, o tempo torna-se um tempo distendido, elástico, móvel entre múltiplos e simultâneos passados, presentes e projeções de futuros evidenciados nos relatos orais de antigos operários.

² Entendemos por tempo extra-trabalho, o tempo “livre” do operário, ou melhor, o necessário para que recomponha suas energias para o trabalho.

³ Destacamos aqui, os acervos do Arquivo Público Alagoano, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, a Fundação Joaquim Nabuco, a Biblioteca Nacional, a base digital “Memórias Reveladas”, “Brasil Nunca Mais” e Atas de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho.

anos de 2014 e 2015. Fizemos entrevistas com operários e operárias com idades a partir de setenta anos, que viveram várias fases de suas vidas (infância, juventude, maturidade e velhice) durante o período da gestão do grupo Othon. Essas entrevistas foram registradas em áudio, mobilizando as técnicas de história oral, conduzidas seguindo um roteiro de questões. Estas envolviam temas como o cotidiano, família, infância, educação, serviços de saúde e saneamento, fontes alternativas de renda, morar, casar, festas, religiosidade, lutas políticas, violência, trabalho, organização da produção, entre outros. Alguns foram inclusos no próprio transcorrer da entrevista, seguindo os fios puxados pelo operário-narrador. Outros em alguns momentos não foram abordados, sobretudo diante da produção de silêncios.

As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura de termos de sessões de direitos, autorizando os pesquisadores a utilizarem tais registros em suas pesquisas e produção acadêmica, assim como doá-las para acervos especializados, resguardando-se a integridade dos entrevistados e os créditos de sua realização. Nessa experiência, há de se destacar o fértil diálogo entre os pesquisadores, intercambiando impressões, ideias, formações distintas, fontes de diferentes acervos em diferentes estados, leituras e campos de saber.

Além do que, a aproximação íntima de um dos pesquisadores quando este é nascido em Fernão Velho, e é filho de operário, facilitou o acesso aos entrevistados. Acesso e aproximação que não eximiu os pesquisadores de um processo de negociação com entrevistados, pactuando confiança em relação aos usos das memórias que estavam sendo produzidas e registradas na oralidade. É relevante ainda destacar, que mesmo diante dessa negociação, é necessário entrecruzar tais relatos com outras fontes. Não se trata de verificação de dúvidas sobre a veracidade das informações relatadas, mas da possibilidade de tornar mais rica a produção e uma tessitura da narrativa, e ainda, evidenciar na elaboração de representações sobre o passado, as memórias em disputa.

Trata-se de um momento em que as práticas de gerentes, contramestres e até dos próprios industriais para com os/as operários/as expressavam um conjunto de benefícios sociais, que pode até ser interpretado como políticas patronais progressistas para época, mas que também eram arcaicas também sendo presentes nestas características do mandonismo, patriarcalismo e paternalismo. São visões simultâneas que expressavam interesses patronais no domínio de “seus” operários, seja pelo controle na produção, na disciplina moral, na manutenção do corpo produtivo. Tratava-se de um regime de gestão da vida e do trabalho, que atuava tanto no âmbito do trabalho como na própria vida doméstica/familiar e espaço público. Mas que também eram passíveis de resistências por parte dos operários, seja nas suas práticas cotidianas no passado presente de suas atividades na Fábrica, seja no presente quando relatam

suas experiências e ensinamentos como denúncia do passado e legados para o futuro.

Analizamos inicialmente a idealização da produção fabril como expressão do processo de modernização das cidades onde foram implantadas fábricas. Essa idealização era produzida não somente por trabalhadores que migravam para as cidades e vilas operárias em busca de melhores condições de vida, como também por homens de negócios e suas trajetórias empresariais, a exemplo de Othon Lynch Bezerra de Mello. Concatenado à modernização das cidades e das atividades econômicas, evidenciamos em discursos e práticas desse empresário a idealização de um modelo de gestão do trabalho, pautado em valores de família, progresso e modernização produtiva. Na medida em que os métodos de gestão do trabalho eram aplicados na organização da produção e da vida dos operários, permitia-se também a contenção dos trabalhadores em Fernão Velho. Esta prática era também realizada em outras fábricas pertencentes ao grupo. Por fim, destacamos as embates entre o modelo de gestão idealizado no discurso patronal e a efetivação de sua prática em relação aos operários, sobretudo no âmbito dos embates entre memórias nas formas de lembrar e esquecer o passado, significando a experiência operária e Fábrica Carmen em Fernão Velho no tempo presente.

2. RACIONALIZAÇÃO DO TEMPO COMO CONDIÇÃO SOCIAL DO CAPITAL

É comum, em estudos clássicos sobre a modernidade capitalista tais como em Karl Marx, Max Weber, E.P. Thompson, dentre outros, a concepção de que o capitalismo, no âmbito do desenvolvimento de suas forças produtivas, racionaliza o tempo da produção e é capaz de interferir nas formas de sociabilidade da força de trabalho que mobiliza. Objetivando a produtividade e a acumulação de capital, podemos afirmar que no sistema capitalista se busca romper com a possível desorganização do trabalho, desvencilhar-se das incertezas e oscilações da produção em relação ao tempo da natureza contrapondo-se ao tempo da máquina, e das possíveis “falhas” humanas no processo produtivo. O que de certo modo acarretaria afirmar que a modernidade capitalista traz em sua gênese a necessidade de uma nova disciplina do tempo e do trabalho (THOMPSON, 1998, pp. 267-304).

Segundo o historiador inglês Edward Palmer Thompson (1998), em seu estudo denominado “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial”, a lógica de produção capitalista transforma o modo de vida e de concepção de tempo nas sociedades. Os grupos sociais que por vários séculos viveram numa relação íntima com o tempo da natureza, onde as práticas de plantar, semear, colher etc., dependiam do “relógio” da natureza e das diferentes durações das estações do ano e regulavam a vida humana na sua relação com a produção foram radicalmente modificados. Com o capitalismo, o tempo passa a ser o do relógio, o ritmo das máquinas, e a produção voltada para as necessidades de mercado.

Acelerou-se o ritmo de vida e da produção. Com a inserção da lógica capitalista, onde o “tempo é dinheiro”, isto é, onde o valor das mercadorias passa a ser definido pelo tempo socialmente necessário para sua produção (MARX, 1985), ver-se que objetos como o relógio e o calendário, enquanto marcadores de um tempo mecânico, automático e independente do tempo da natureza, passam a se tornar cada vez mais presentes na vida das pessoas, condicionando-as para um modo de vida descolado do tempo da natureza.

Dessa forma, a regulação do tempo implica concomitantemente transformações sobre a vida e a sociabilidade dos indivíduos, independentemente da classe social, pois para o capitalista é necessário o envolvimento com conhecimentos técnicos e tecnológicos para a crescente regulação da produção, tanto de forma direta como a produção de mercadorias; como de forma indireta a exemplo da reprodução da força de trabalho. Em ambos, o capitalista procura estabelecer meios para que o trabalhador consiga produzir o máximo possível na menor quantidade de tempo e com a maior qualidade possível.

3. OS OTHON, A GESTÃO DA VIDA OPERÁRIA E DA PRODUÇÃO FABRIL COMO EXPRESSÕES DE MODERNIZAÇÃO

No início do século XX, os trabalhadores fabris em Alagoas já formavam uma heterogênea força de trabalho. Era composta por diferentes categorias profissionais que incluíam portuários, ferroviários, trabalhadores de pequenas indústrias, e, sobretudo operários têxteis. Tratava-se de um fato novo no estado, segundo os registros do antropólogo Dirceu Lindoso (2005, pp. 83-84), possibilitando romper a predominância de uma vida exclusivamente rural, que embora também fosse capitalista, em grande medida ainda era vinculado ao tempo da natureza.

A indústria e a vida urbana eram expressões do processo de modernização em Alagoas e no Brasil, possibilitando a intensificação do ritmo de vida e tempo no âmbito da produção capitalista e fabril. Em 1920, a densidade demográfica em Maceió alcançou o montante de 74.166 habitantes (DIÉGUES, 1981, p. 199). Expressiva parcela destes concentrava-se nas vilas operárias trabalhando nas fábricas têxteis existentes na cidade. No momento em que os Othon assumem a gestão fabril em Fernão Velho, no início da década de 1940, Maceió já contava com quatro fábricas têxteis. Três delas dispunham de vilas operárias com casas pertencentes às Fábricas cedidas como moradia aos operários mediante a um pagamento de aluguel descontado diretamente nos salários.

Além das casas, outros benefícios como escola, ambulatório e serviços de saúde, festas, limpeza urbana, água e energia elétrica, entre outros, eram ofertados às famílias operárias. Era uma política que atraía novos trabalhadores nessas primeiras décadas do século

XX, sobretudo advindos do universo rural. Estes percebiam na atividade e vida fabril, melhores oportunidades e condições de vida comparadas ao esteio dos coronéis e proprietários de terra composto por senhores de engenho e usinas.

Em 1943, o empresário pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello adquiriu o complexo fabril em Fernão Velho, que nesse momento já era a maior fábrica em produção, extensão de sua vila operária e número de trabalhadores em Maceió.

Filho do coronel José Clementino Bezerra de Mello e Anna Lynch Bezerra de Mello, o empresário nasceu em 09 de fevereiro de 1880 em Limoeiro – PE. Desde jovem, atuou nos negócios de sua família, dedicando-se ao comércio de algodão e de tecidos. Logo cedo, assumiu os negócios após o falecimento de seu pai. Em 1905 abriu uma loja de tecidos na capital pernambucana, sendo sua primeira nessa cidade. Projetou-se economicamente, expandindo seus negócios no ramo têxtil-algodoeiro para a indústria.

Na década de 1920 se tornou proprietário de fábricas têxteis em Recife, entre as quais, a Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (também conhecida como Fábrica Macaxeira) no bairro de Apipucos, Fábrica Maria Amália, e Fábrica Anita. Para administrá-las, formou a “Companhia de Tecido Bezerra de Mello”.

Este empresário já se destacava no ramo empresarial têxtil brasileiro⁴. Nas décadas de 1930 e 1940, já sendo conhecido nacionalmente, ampliou seu conglomerado fabril, passando também a atuar nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Adquiriu no município de Magé – RJ, a Fábrica Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, que posteriormente renomeou de Fábrica Esther. Em Curvelo – MG, instalou a Fábrica de tecidos Maria Amália (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2015). Nessa época, Othon já se tornara um dos principais empresários do Brasil. Segundo o operário Antônio Cardoso (2015), que nasceu em 1938 e trabalhou até se aposentar na Fábrica Carmen, compara em seu relato de memória a fortuna do empresário pernambucano a outros bem sucedidos no país: “Eu me lembro como Othon Bezerra de Mello era o segundo mais rico do Brasil. Primeiro lugar era o Matarazzo.”

Antes mesmo de adquirir Fernão Velho, o empresário já administrava ampla rede de negócios no país. Em 1941, publicou na revista *O Cruzeiro* um artigo intitulado “Pernambuco”. Neste, embora enalteça o estado onde nasceu, o que poderia ser interpretado como um olhar regionalista, ressaltado até mesmo na epígrafe pela qual subscreve sua

⁴ Sobre a trajetória empresarial de Othon Lynch Bezerra de Mello, sugere-se o trabalho de Mello (2012). Neste, a autora evidencia “as estreitas relações entre industrialização, trabalho, política e sociedade, utilizando como um dos recursos elucidar e interpretar aspectos dos modos de vida e visões de mundo dos trabalhadores e do empresário, em suas formas autônomas e institucionalizadas, verificando-se em um período considerável de tempo as mediações entre sua experiência cotidiana e a presença como classe na cena política nacional (MELLO, 2012, p. 24)”.

intenção, quando recita “Todos cantam sua terra; / Também vou cantar a minha...”, expressa seu olhar para o país, tendo Pernambuco como referência. Aborda no artigo, aspectos econômicos, do trabalho, e preocupações com o desenvolvimento do capitalismo como algo que também lhe pertence, como um legado por ele e sua família reproduzida e merecedor de reconhecimento. Pernambuco se tornara terra de prosperidade por suas ações e de seus antepassados, projetando-se para o país.

[...] terra enfim a que dei sempre o melhor do meu esforço e da minha atividade, nela criando uma obra, uma grande empresa que dá trabalho a milhares de brasileiros e que não é apenas propriedade de minha família mas da nação, que dela colhe os melhores frutos com a educação e formação moral da gente que nela colabora (MELLO, 1941, p. 17).

Desse modo, podemos perceber que atrelado ao discurso de desenvolvimento econômico de Othon, estava o ideal e intensão de progresso e modernização da produção como condições para o crescimento da nação e da ordem, da moral e da família. Trata-se de um discurso alinhavado por influência positivista, e que fora importante nos processos iniciais de formação da República Brasileira, e que a partir da década de 1940 ganha um teor técnico e de gestão, racionalizando não só a produção como a vida nas vilas operárias.

No cenário fabril de Fernão Velho, composto pela Fábrica Carmen e respectiva vila operária, o empresário e seus sucessores mantiveram e até ampliaram o conjunto de benefícios assistencialistas que ofertavam aos operários, incentivando a chegada de novos trabalhadores, assim como a manutenção de suas famílias em gerações que se sucederam de novos operários. A fixação dos operários garantia a perpetuação da experiência do trabalho fabril, mas ao mesmo tempo expressava as formas de contenção e agenciamento de força de trabalho necessária na produção do capital e reprodução do lucro.

Nesse sentido, não podemos naturalizar que tais benefícios foram implantados fortuitamente ou por simples benevolência dos industriais. O fornecimento destes serviços fazia parte da gestão do trabalho e da produção desse grupo empresarial, entre outros. Coadunavam com o intuito de atrair, fixar, conter e moralizar os trabalhadores, tendo-se em vista a grande necessidade de força de trabalho pela fábrica na época (CORREIA, 1998).

Além disso, em vários relatos dos trabalhadores há a constante e veemente afirmação de que o salário que recebiam mal dava para sobreviver, tendo-se em vista que os mesmos eram recebidos com inúmeros descontos já inseridos na folha de pagamento. Para os industriais, o discurso é o de estes descontos eram necessários para que pudesse manter as despesas para com a vila operária.

É comum, inclusive, operários relatarem que só conseguiam sustentar a si e sua

família ao explorarem os recursos naturais da laguna Mundaú que margeia Fernão Velho, através da pesca de peixes, moluscos e crustáceos.

Eram atividades complementares fora da Fábrica, mas necessárias para se alimentarem, seja consumindo e/ou vendendo, pois o que recebiam como salário da fábrica não era suficiente. Do mesmo modo, visando ampliar a renda familiar, logo seus filhos e filhas tinham condições de manusearem as máquinas ou somarem ao processo produtivo de fios e tecidos entre outras atividades na Fábrica, iniciavam sua vida de trabalhador. Era comum o trabalho de menores, com 14 anos de idade, a exemplo de Dona Emília, operária aposentada que trabalhou na seção de fiação, ou Veríssimo Ferreira, que com a mesma idade também iniciou suas atividades como operário.

Embora a propaganda empresarial de modernização e efetivação de suas políticas de benefícios e serviços assistencialistas aos operários representem avanços nas condições de vida de trabalhadores urbanos em comparação aos trabalhadores rurais entre as décadas de 1940 e 1960, inclusive positivadas nas memórias de alguns operários, essas mesmas memórias recuperam fragmentos de outro cotidiano que não somente o idealizado pelos empresários, produzindo representações marcadas pela disciplina e eficiência na produção. Nos relatos de operários, fragmentos expressam outras condições de vida em Fernão Velho que se chocam com o que era propagado pelo grupo Othon como modelo ideal de vida e de trabalho.

A própria empresa mesmo...Isso alcancei trabalhando com o pai dos meninos⁵, Othon Bezerra de Mello. Vivam nesse casarão. Toda semana chegavam os donos. Tinha porteiro para receber, tinha empregado para tudo. Era o Grupo Othon Bezerra de Mello (Antônio Cardoso, 2015).

Nesse relato sobre os Othon, destacamos a semelhança da posição social da família empresarial com as relações senhoriais e patriarcais anteriores à industrialização no Brasil, possuindo empregados para quase tudo, para recebê-los, abrir as portas e portões, dirigir seus veículos, entre tantas atividades relatadas por operários em seus registros de memória. Do mesmo modo, a personificação de uma empresa sob o nome do empresário Othon, e posteriormente reproduzida por seus filhos na gestão dos negócios. Embora fosse uma empresa cujo capital majoritário se concentrasse de forma distribuída entre membros da mesma família, a ideia de grupo empresarial expressava uma modernização na gestão dos negócios.

A fim de visualizarmos a inserção de elementos arcaicos nesta forma de dominação,

⁵ Refere-se aos filhos do empresário, em especial Alberto e Roberto, que contribuíam na gestão dos negócios da família e posteriormente assumiram diretamente a direção de algumas fábricas.

podemos perceber a referência dos operários quanto à casa onde residia a família dos industriais, a qual era denominada casarão como destacado pelo operário Antônio Cardoso ou casa-grande como outros se referem, o que lembra as casas-grandes dos antigos engenhos das oligarquias do açúcar e café. Em Fernão Velho, o casarão era situado na parte central da vila operária, de frente para a fábrica. Era composto por dois andares. No térreo funcionava um pequeno comércio de víveres, utensílios, roupas, entre outros produtos. Era uma pertencente à própria fábrica. Lá, os operários compravam, alguns pagavam em dinheiro, muitos deixavam na caderneta a conta para ser descontado no salário. Era um duplo lucro do patrão sobre o trabalho do operário, seja através da mais-valia na produção fabril, seja na comercialização de produtos consumidos pelos operários. Parte do salário pago a estes retornava aos cofres do patrão. No andar superior, possuía janelas em todas as laterais, permitindo visualizar diversos ângulos da praça, da fábrica, das ruas adjacentes, dos telhados e quintais das casas operárias vizinhas. Funcionava também como um panótipo, um prédio que permite a vigia sem dar a saber aos vigiados que estão sob os olhares diretos do patrão.

Desse modo, o casarão nos aparece como elemento simbólico e ao mesmo tempo material desta modernização arcaica, conservadora, pois os industriais ao mesmo tempo em que procura manter-se num discurso de progresso, não se abstém do simbolismo oligárquico, possivelmente essencial à sua dominação, tendo-se em vista que os operários eram oriundos de regiões rurais do estado de Alagoas, onde em seu imaginário e cultura, o trabalho esteja umbilicalmente ligado ao mandonismo e à idealização do patrão-pai.

4. EMBATES ENTRE DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NOS LABIRINTOS DAS MEMÓRIAS

Em 1996 a Fábrica Carmem paralisou sua produção, sendo transferida para um novo grupo de acionistas, inclusive com herdeiros da família Othon. Este novo grupo, em 1997 retomou a produção, porém com menor número de operários. O maquinário para produção de fios e tecidos não foi renovado, mantendo o mesmo processo produtivo que já utilizava há mais de 30 anos, que outrora era moderno e que nesse momento do desenvolvimento capitalista era arcaico, haja vista a antiguidade do maquinário. Tal situação dificultava a competitividade da Fábrica no mercado nacional e internacional de produção e venda de tecidos, sobretudo diante de uma concorrência fabril que utilizava máquinas computadorizadas, com maior velocidade e capacidade de produção. Ao passo que o maquinário de Fernão Velho poderia até já constituir acervo de museus lembrando as antigas técnicas de produção de fios e tecidos.

Simultaneamente a essa circunstância produtiva, a gradativa redução do quadro de

operários, chegando em 2010 a alcançar cerca de 200 operários e operárias, quando na década de 1960 teria mobilizado um montante de cerca de 5000. Os impactos não se sentiam somente na representatividade da produção, mas também nos serviços que eram oferecidos pela Fábrica. Representa também uma circunstância em que os serviços então ofertados pela Fábrica, a exemplo da distribuição de água e energia que passaram para a responsabilidade pública através de concessionárias como a Companhia Energética de Alagoas – CEAL. Na medida em que casas antes pertencentes à Fábrica eram transferidas para os antigos operários como pagamento de indenizações trabalhistas, transferia-se também a responsabilidade de sua manutenção, seja das casas para os novos proprietários, sejam das ruas e praças da antiga vila operária ressemantizadas hoje como um bairro, passando para a responsabilidade da prefeitura. O território que até a década de 1990 era privado, sob posse majoritária da Fábrica, foi se tornando cada vez mais um espaço público.

Em janeiro de 2010, a Fábrica Carmen parou novamente suas atividades, mantendo-se assim até o momento da escrita desse artigo. Era notório o fato de que desde a década anterior já estivesse funcionando em condições bastante precárias, tanto em relação à concorrência com o mercado produtor de tecidos como em relação às condições de pagamentos salariais e demais obrigações trabalhistas. Nesse ano, os cerca de 200 operários já não recebiam salários havia mais de três meses. Ainda assim, o fechamento da fábrica parecia algo inacreditável para boa parte dos moradores de Fernão Velho, operários aposentados e na ativa, pois no imaginário local suas vidas estavam (e ainda hoje está) ligadas umbilicalmente à “vida” da fábrica. No entanto, quando a fábrica parou de funcionar, alguns elementos simbólicos que lembravam permanentemente os tempos passados foram silenciados, tais como o apito, o barulho das máquinas e a movimentação de operários entrando e saindo entre diferentes turnos. Esta rotina de outrora e recente cedeu lugar à melancolia.

Fora isso, muitos operários que não cederam a acordos indenizatórios que julgavam desfavoráveis, ainda não receberam seus direitos trabalhistas, fato este que gera uma condição de revolta contra a fábrica. Mas ao mesmo tempo a nostalgia do tempo em que a Fábrica Carmen funcionava regularmente e a todo vapor, com uma produção que gerou até tecidos premiados no exterior, ou mesmo como a placa presente na lateral das instalações da Fábrica expressa “De Fernão Velho para o Brasil”. Nostalgia no sentido em que o escritor Milan Kundera expressa em seu romance “A ignorância” como sendo um sofrimento pelo desejo irrealizado de retornar a um lugar, e este passa a existir como ausência. Sendo assim, o fechamento suscita a produção de múltiplos sentimentos, por vezes até ambíguos como gratidão para com as conquistas a partir do trabalho fabril a exemplo de uma casa e

aposentadoria, mas ao mesmo tempo de denúncia para com as precárias condições de vida e cerceamento de direitos no passado e no presente.

Estes múltiplos sentimentos, porém, enseja o rememorar, sobretudo entre os antigos operários e moradores de Fernão Velho. Memórias que se contrapõem aos registros escritos sobre a Fábrica e até mesmo dos Othon, e que também se inserem em um campo de disputas das formas como Fernão Velho, a Fábrica Carmen, e os operários são lembrados e esquecidos. E que no campo da história, torna-se rico momento de registro de memórias, de esclarecimento das tensões entre o presente e o passado, mas também da compreensão das demandas e lutas do presente como produção de expectativas para o futuro.

5. CONCLUSÃO: PONTOS E CONTRAPONTO DO DISCURSO INDUSTRIAL

Ao indagarmos sobre as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista em Alagoas, nos deparamos com discursos dos grupos empresariais, atrelando à ideia de progresso econômico, a racionalização da produção, o processo civilizatório, a justiça, a neutralidade do saber técnico, todos produtores de uma modernização da sociedade.

Mobiliza-se junto a essas ideias, um conjunto de imagens, transmitindo-as como valores positivos, onde o capital e a modernidade seriam o que há de mais desenvolvido na história da humanidade. Valores como igualdade, fraternidade e liberdade, compõem simultaneamente esse cenário, como se fossem os resultados do progresso. Porém, ao contrário de sua efetivação plena, a exploração do trabalho também compõe esse cenário.

Se por um lado a imagem positiva de um empresário que por sua obra, uma grande empresa espalhada pelo Brasil, cria e “distribui” empregos, educação e fomenta a formação moral, todos conectados ao discurso da industrialização e do desenvolvimento do capital, em seu revés – o das relações sociais e de produção – outras imagens são passíveis de interpretações. Neste caso, imagens produzidas pelo trabalho de memória de antigos operários têxteis em Fernão Velho.

Entretanto, ao observarmos boa parte das falas de operários/as locais, é muito recorrente de estes apresentarem nas entrelinhas uma condição de não aceitação destas práticas como instrumento de submissão à ordem, tanto que suas respostas vão sempre na direção de que participar das organizações promovidas pelos industriais condizia bem mais com a procura de um espaço de encontro e de construção da identidade de classe, do que uma aceitação da ordem vigente. Operários usavam, por exemplo, a participação em bandas ou orquestras musicais como um meio de se livrar do fado promovido pela fábrica; outros, chegaram a afirmar que a procura por trabalhos alternativos, como cabeleireiros, pescadores, pequenos comerciantes autônomos, etc. eram condição para autonomia frente à fábrica; tinha

também a organização de festas paralelas às aquelas oferecidas pela fábrica; ou grupos de músicas e organização de times de futebol separados dos que eram promovidos pela fábrica.

Outro aspecto que merece relevância está no fato de muitos dos operários enfatizarem que procuravam meios diversos para que seus filhos e filhas saíssem da vila operária para completarem seus estudos e não continuarem no trabalho oferecido pela fábrica, pois enfatizavam na entrevista que a fábrica não oferecia condições para o desenvolvimento humano e profissional. Entre as mulheres que, num contexto predominantemente machista, colocava-na como operárias e escravas do lar, ou seja, sobre uma dupla jornada de trabalho, estas buscavam meios alternativos para complementação da renda, tais como costuras e pequenos trabalhos domésticos para que pudesse ter a independência tanto da fábrica como a do esposo.

As condições de vida dos operários também estavam distantes do imaginário idílico pregado pelos industriais, tendo-se em vista que o salário estava longe de cumprir seu papel, pois na fala de vários operários era comum a ênfase de que se fosse a lagoa os trabalhadores e seus filhos morreriam de fome. Segundo a operária abaixo:

Ah, a lagoa toda vida foi a mãe de todo mundo aqui. A lagoa, tinha gente que trabalhava na fábrica, quando largava já vinha com um reduzozinho nas costas, aqueles reduxo de mão pra pegar o pirão... Tinha criança aqui, tinha casa de família aqui, que os menino assim ói pequeno um atrás do outro, o gogó que tomava era do caldo de sururu, que o que ganhava não dava pra comprar uma lata de leite, e era tão barato o leite nesse tempo, custava 45 centavos, era um negócio assim... não era nem 50 centavos uma lata de leite e tinha pai de família e mãe que não podia comprar (Anônima, 2015).

A partir da fala da operária acima fica notório o fato de que o processo de modernização fabril não modifica as reais condições de vida dos trabalhadores, comparando-se, por exemplo, com a dos escravos do período colonial, pois o industrial moderno de Fernão Velho extrai do trabalhador a condição de sobreviver com o salário da fábrica. Tais condições permitem perceber que os descontos salariais, que descontavam as “benesses” oferecidas pela fábrica na vila operária, deixava o operário em uma condição de subordinação similar a de um modelo patriarcal, a tal ponto que os industriais davam ênfase ao fato de que suas práticas eram dádivas aos operários. O que acarreta concluir que o discurso do progresso capitalista choca-se em sua contradição originária, ou seja, a lógica de crescente exploração da força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Othon Bezerra de Mello**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=189:othon-bezerra-de-mello&catid=49:letra-o&Itemid=194 > Acesso em 10 out 2015.

KUNDERA, Milan. **A ignorância**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província**. Estudo da cultura alagoana. Maceió: Edufal, 2005.

MARX, Karl. A mercadoria. In: **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 2012. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura / Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p. 267-304.)

FONTES DOCUMENTAIS

COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Certidão. **Diário Oficial de Alagoas**, 06 de junho de 1941. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1941. (p.11). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

FERREIRA, Veríssimo. **História de Fernão Velho**. In Mimeo. Maceió: 1997.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min aprox..). son. , color.

MELLO, Othon Lynch Bezerra de. **Pernambuco**. In: O CRUZEIRO. Edição extraordinária dedicada ao estado de Pernambuco. Rio de Janeiro: 25 set de 1941. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Recife, PE. (p.17;98).

Relato de Antonio Cardoso. Fernão Velho, 2014. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Ivo dos Santos Farias. Acervo Pessoal.

Relato de Zequinha Moura. Fernão Velho, 2014. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Ivo dos Santos Farias. Acervo Pessoal.

Relato de Dona Emília. Fernão Velho, 2014. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares. Acervo Pessoal.

Relato de Valdicleide. Fernão Velho, 2014. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares. Acervo Pessoal.

Relato de operária anônima. Fernão Velho, 2014. Entrevista realizada por Ivo dos Santos Farias. Acervo Pessoal.

Relato de Veríssimo Ferreira. DVD nº01, son.,color. Disponível em LESSA, Golbery. **Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de**

tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008. Esse material encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público Alagoano – APA.

OTHON BEZERRA DE MELLO – FIAÇÃO E TECELAGEM S/A. Fábrica Carmen – Editais e relatórios publicados no Diário Oficial de Alagoas. Período de 1947 a 1949. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947.. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).